



## SUMÁRIO

ALADI/CR/Ata 328  
Sumário  
19 de dezembro de 1990

RESERVADO

## SUMÁRIO

1. Aprovação da ordem do dia. APROVA-SE.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.187).
  - 1) Representação da Venezuela. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem. ALADI/CR/di 1.309.  
  
(Anexa lista de funcionários e suas assinaturas respectivas autorizados pela Associação Venezuelana de Exportadores).
  - 2) Relatório do grupo de trabalho ao Comitê de Representantes sobre o Terceiro Encontro de Ministros de Cultura e responsáveis pelas políticas culturais da América Latina e do Caribe. ALADI/CR/di 81.
  - 3) Relatório da Comissão de Orçamento sobre reajuste à Resolução 109 do Comitê de Representantes. ALADI/CR/dt 82.
  - 4) Agenda para a avaliação encomendada na letra H) da Declaração de Caracas. ALADI/CR/di 267.  
  
- Posteriormente à publicação do documento ALADI/SEC/di 2.187, foram recebidas as seguintes notas:
  - 5) Representação do Uruguai. Comunica a lista de exceções à preferência tarifária regional ajustada aos parâmetros estabelecidos no Segundo Protocolo Modificativo. ALADI/CR/di 252.2.

(Envia nova lista com 960 itens de conformidade com o Segundo Protocolo, substituindo, a partir de primeiro de janeiro de 1991, as exceções comunicadas oportunamente).

- 6) Representação da Colômbia. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem.

ALADI/CR/di 1.310.

(Anexa lista de funcionários autorizados pelo Instituto Colombiano de Comércio Exterior, INCOMEX, para assinar esses documentos, anulando, para os fins correspondentes, as assinaturas de Olga Elena Bula Escobar, Victor Ramirez Soto, Francisco Ernesto Aguilar Cadavid, Adelina Covo de Guerrero, Francisco Hernando Fonseca Sanclemente, Fabio Ruiz Pachon, Jaime Neira Baena, Maria Teresa Mancera, Jorge Kisner e Colombia Maria Alzate).

- 7) Representação do Equador. Vigência do Acordo de alcance parcial nº 29 subscrito com o México.

(Comunica intenção de prorrogar a vigência desse Acordo até 31 de dezembro de 1991).

3. Relatório da Comissão de Orçamento sobre o reajuste à Resolução 109 do Comitê de Representantes (ALADI/CR/dt 82).

APROVAM-SE as Resoluções 134 sobre "Reajuste à Resolução 109 do Comitê de Representantes" e 135 sobre "Retribuição Orçamentária".

4. Agenda para a avaliação encomendada na letra H) da Declaração de Caracas (ALADI/CR/di 267).

APROVA-SE a agenda com o acréscimo da Bolívia e com o calendário aceito pelo Comitê. Outrossim, seria enviada uma lista de trabalhos preparada pela Secretaria, relevantes para o exame da agenda.

5. Designação de autoridades para o ano de 1991 (ALADI/CR/Resolução 1, artigo sexto).

Para o ano de 1991 a Presidência recai na Representação da Colômbia e as Vice-Presidências nas do Brasil e do Paraguai.

6. Outros assuntos.

Não foram tratados.



**APROVADA**  
NA 352 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 328  
19 de dezembro de 1990  
Hora: 11h30m às 13h40m

## ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.187).
  - 1) Representação da Venezuela. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem (ALADI/CR/di/1.309).
  - 2) Relatório do grupo de trabalho ao Comitê de Representantes sobre o Terceiro Encontro de Ministros de Cultura e responsáveis pelas políticas culturais da América Latina e do Caribe (ALADI/CR/di 81).
  - 3) Relatório da Comissão de Orçamento sobre reajuste à Resolução 109 do Comitê de Representantes (ALADI/CR/dt 82).
  - 4) Agenda para a avaliação encomendada na letra H) da Declaração de Caracas (ALADI/CR/di 267).
  - 5) Representação do Uruguai. Comunica a lista de exceções à preferência tarifária regional ajustada aos parâmetros estabelecidos no Segundo Protocolo Modificativo (ALADI/CR/di 251.2).
  - 6) Representação da Colômbia. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem (ALADI/CR/di 1.310).
  - 7) Representação do Equador. Vigência do Acordo de alcance parcial nº 29 subscrito com o México.

3. Relatório da Comissão de Orçamento sobre o reajuste à Resolução 109 do Comitê de Representantes (ALADI/CR/dt 82).
4. Agenda para a avaliação encomendada na letra H) da Declaração de Caracas (ALADI/CR/di 267).
5. Designação de autoridades para o ano de 1991 (ALADI/CR/Resolução 1, artigo sexto).
6. Outros assuntos.

-----

Preside:

RUBENS ANTONIO BARBOSA

Assistem: Maria Esther Bondanza e Eduardo Michel (Argentina); René Mariaca Valdez (Bolivia); Rubens Antonio Barbosa, Paulo Roberto de Almeida, Paulo César Camargo e Carlos Alberto Michaelsen den Hartog (Brasil); Rodrigo A. Rivera Galíndez (Colômbia); Raimundo Barros Charlin, Manuel Valencia Astorga e Rodrigo Quiroga Cruz (Chile); Roberto Proaño Rivas e Antonio Rodas (Equador); Salvador Arriola, Vicente Muñiz Arroyo, Dora Rodríguez Romero, José Pedro Pereyra Hernández, Jorge Ramírez Guerrero e Adolfo Treviño Ordorica (México); Antonio Félix López Acosta e Herminia Margarita Genes de Aranda (Paraguai); Paulo Portugal Rodriguez e José Carlos Dávila Pessagno (Peru); Néstor G. Cosentino, José Roberto Muínelo, Germaine Barreto Amundarain e Ricardo Duarte Vargas (Uruguai); Luis La Corte, Gerardo Arellano, Antonieta Arcaya Smith e Pedro Elias Revollo Salazar (Venezuela).

Subsecretário: Antonio José de Cerqueira Antunes.

Subsecretário: Jorge Cafete Arce.

Secretaria: Mario Vacchino e Enrique de la Vega.

-----

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração a ordem do dia provisória.

Não havendo observações APROVA-SE.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.187).

PRESIDENTE. No documento de referência se registram as notas e documentos aos que corresponde dar entrada na presente sessão.

1) Representação da Venezuela. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem (ALADI/CR/di 1.309).

"Nº 281. Montevidéu, em 14 de dezembro de 1990. A Secretaria-Geral da ALADI. Nesta.

A Representação Permanente da Venezuela junto à Associação Latino-Americana de Integração saúda mui atenciosamente a Secretaria-Geral da ALADI na ocasião de enviar-lhe, em anexo, a lista de funcionários e suas respectivas assinaturas, autorizados pela Associação Venezuelana de Exportadores para emitir certificados de origem.

A Representação Permanente da Venezuela junto à Associação Latino-Americana de Integração aproveita a oportunidade para renovar à Secretaria-Geral os protestos de sua mais alta e distinta consideração."

2) Relatório do grupo de trabalho ao Comitê de Representantes sobre o Terceiro Encontro de Ministros de Cultura e responsáveis pelas políticas culturais da América Latina e do Caribe (ALADI/CR/di 81).

3) Relatório da Comissão de Orçamento sobre reajustes à Resolução 109 do Comitê de Representantes (ALADI/CR/dt 82).

4) Agenda para a avaliação encomendada na letra H) da Declaração de Caracas (ALADI/CR/di 267).

- Após a publicação do documento ALADI/SEC/di 2.187 foram recebidas as seguintes notas:

5) Representação do Uruguai. Comunica a lista de exceções à preferência tarifária regional ajustada aos parâmetros estabelecidos no Segundo Protocolo Modificativo (ALADI/CR/di 251.2).

"Nº 419/90. Montevidéu, em 19 de dezembro de 1990. A Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração. Nesta.

A Representação Permanente do Uruguai junto à Associação Latino-Americana de Integração apresenta seus atenciosos cumprimentos à Secretaria-Geral da ALADI e tem a honra de enviar, em anexo, a nova lista de exceções à preferência tarifária regional com um conteúdo de 960 itens, de conformidade com o disposto no Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Regional.

A citada lista substitui, a partir de 1º de janeiro de 1991, as exceções comunicadas oportunamente por notas nos. 452/87, de 29 de dezembro de 1987, e 15/88, de 3 de janeiro de 1988, integradas para a vigência do Protocolo Modificativo, de 12 de março de 1987, como anexo ao Decreto nº 187/89, de 20 de abril de 1989.

A Representação Permanente do Uruguai renova à Secretaria-Geral da Associação os protestos de sua distinta consideração."

6) Representação da Colômbia. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem (ALADI/CR/di 1.310).

"Nº 337. Montevideu, em 14 de dezembro de 1990. A Honorável Secretaria-Geral da ALADI. Nesta.

A Representação Permanente da Colômbia saúda mui atenciosamente a Secretaria-Geral da ALADI por ocasião de enviar a relação que acrescenta a lista de funcionários autorizados pelo Instituto Colombiano de Comércio Exterior -INCDMEX- para emitir certificados de origem. Igualmente, esta Representação solicita anular para todos os efeitos as assinaturas de Olga Elena Bula Escobar, Victor Ramirez Soto, Francisco Ernesto Aguilar Cadavid, Adelina Covo de Guerrero, Francisco Hernando Fonseca Sanclemente, Fabio Ruiz Pachon, Jaime Neira Baena, Maria Teresa Mancera, Jorge Kisner S. e Colombia Maria Alzate C.

Da mesma forma, esta Representação solicita que a Secretaria-Geral difunda a anterior informação entre as Representações Permanentes dos países-membros.

A Representação Permanente da Colômbia aproveita a oportunidade para renovar à Secretaria-Geral os protestos de sua mais alta e distinta consideração."

7) Representação do Equador. Vigência do Acordo de alcance parcial nº 29 subscrito com o México.

"Nº 69. Montevideu, em 14 de dezembro de 1991. A Secretaria-Geral da ALADI. Nesta.

A Representação Permanente do Equador cumprimenta muito atenciosamente a Secretaria-Geral da ALADI e comunica que o Governo do Equador tem a intenção de prorrogar a vigência do Acordo de Alcance Parcial nº 29, subscrito com o México no âmbito da ALADI, até 31 de dezembro de 1991.

A Representação Permanente do Equador aproveita a oportunidade para renovar à Secretaria-Geral da ALADI os protestos de sua mais alta e distinta consideração."

3. Relatório da Comissão de Orçamento sobre reajuste à Resolução 109 do Comitê de Representantes (ALADI/CR/dt 82).

PRESIDENTE. A Secretaria me informa que enquanto se ultima a preparação do relatório da Comissão de Orçamento, nós invertiríamos a ordem de consideração dos temas e passaríamos a tratar o ponto 4 da agenda, que é a "Agenda para a avaliação encomendada na letra H) da Declaração de Caracas".

- Assim se procede.

4. Agenda para a avaliação encomendada na letra H) da Declaração de Caracas (ALADI/CR/di 267).

PRESIDENTE. Esta agenda foi analisada em sessões informais do Comitê e corresponderia agora aprová-la formalmente.

Submete-se a consideração do Comitê a referida agenda.

Se não houvesse observações ficaria aprovada.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, no ânimo de que no desenvolvimento desta mesma agenda possam apresentar-se alguns tópicos dignos de tratamento, sugeriria que não corresponde a rigidez ou colocar um ponto adicional "Outros tópicos", ou "Outros aspectos", etc., para que possamos inserir aí algum outro elemento de juízo que tornaria necessário seu tratamento neste Comitê.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Senhor Presidente, consideramos interessante a sugestão da Representação da Bolívia.

Nós vamos referir-nos ao cronograma para a atenção desta agenda, mas nos parece interessante a sugestão da Representação da Bolívia e vamos ver a reação dos demais Representantes. Não teríamos inconveniente em que fosse incorporado esse ponto.

PRESIDENTE. Creio que não há inconveniente. Se o Paraguai desejasse continuar com relação ao calendário, poderia dar uma idéia sobre isso.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Não sei se não foi tratado em alguma reunião preliminar de Chefes algum cronograma para atender a agenda. De qualquer maneira, creio que antes de 15 de janeiro seria sumamente difícil para a nossa Representação começar a atender esta agenda, Senhor Presidente. Daí que seríamos partidários de que fosse levada em conta esta situação para elaborar um cronograma para a atenção da mesma.

Creio que a ordem prevista neste projeto de agenda ou na agenda que estamos aprovando, do documento informativo 267, ao mesmo tempo não deveria ser rígida quanto ao tratamento na ordem prevista; talvez poderiam ser feitas algumas alterações no seu ordenamento cronológico.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, tínhamos entendido -não lembro se foi em conversações informais ou aqui- que para aprovar esta agenda podíamos reunir-nos ininterrompidamente de 15 de janeiro até março. Inclusive, no primeiro projeto de convocação dizia que íamos nos reunir em sessão permanente, que se considerou redundante pôr "permanente", porque esta é um órgão permanente. Mas, eu tinha previsto que íamos nos reunir nesse período; não sei se entendi mal.

PRESIDENTE. A Presidência, em contato com diversas Representações, confirmou uma primeira proposta no sentido de que a maioria das Representações teria interesse em, efetivamente, fazer

reuniões do Comitê a partir de 15 de janeiro. 15 de janeiro é terça-feira e retomariamos os trabalhos regulares para tratar a agenda e, eventualmente, se houver algum outro assunto de interesse nos trabalhos da Associação também.

Submeto, então, à consideração do Comitê esse cronograma de trabalho. Hoje fariamos a última reunião e retomariamos os trabalhos para tratar primeiramente, ou de maneira especial, a agenda contida no documento di 267, a partir do dia 15 de janeiro.

Representação do MÉXICO (Salvador Arriola). Senhor Presidente, estamos totalmente de acordo com sua idéia de iniciar em 15 de janeiro.

E desejaríamos que pudéssemos também cumprir com o que diz o artigo primeiro da Resolução 130, no sentido de que recordemos que se realizarão as sessões que forem necessárias para poder cumprir com o mandato.

PRESIDENTE. Se os Senhores Representantes no Comitê estiverem de acordo, então, instruiríamos a Secretaria-Geral para prestar assistência a essas reuniões a partir de 15 de janeiro.

Representação do MÉXICO (Salvador Arriola). Senhor Presidente, temos entendido que a Secretaria continuará com seus trabalhos normais e que também já foram distribuídos alguns documentos relacionados com a agenda, em virtude do acontecido no grupo de peritos, por exemplo.

Talvez seria ideal que pudéssemos já contar, para 15 de janeiro, ou inclusive antes, com alguns documentos que se referem à agenda, começando, por exemplo, com o tema da "Introdução" e da letra I. Creio que isso nos poderia adiantar e seria de muita ajuda para em 15 de janeiro já começar a trabalhar diretamente.

PRESIDENTE. Dentro dessa idéia da Representação do México creio que seria útil para todas as Representações que a Secretaria fornecesse uma lista dos documentos que foram preparados, tanto para ao grupo ad hoc como para esta reunião.

Creio que a quase totalidade dos documentos que a Secretaria tinha sido encarregada de preparar para a reunião de convergência já está elaborada ou praticamente elaborada; e a maioria deles foi distribuída para a última reunião do grupo ad hoc.

Talvez, para ordenar os trabalhos e para que todas as Representações tenham presente a documentação relevante para o exame desse tema, a Presidência solicitaria à Secretaria que fizesse uma lista apenas, sem nenhum comentário, uma lista de todos os documentos que foram circulados e, atendendo a solicitação do México, também os que estão em fase de preparação e que devem ser circulados para atender esta agenda.

SUBSECRETÁRIO (Antonio José de Cerqueira Antunes). Senhor Presidente, com efeito, nós vamos preparar essa lista. E dado que esta é a última reunião deste ano, faremos encaminhar isso em nota verbal às Representações.



PRESIDENTE. Algum outro comentário ou observação sobre este ponto da agenda?

Não havendo nenhuma outra observação, fica aprovada a agenda com esse acréscimo proposto pela Bolívia e com o calendário que foi aceito pelo Comitê. E para melhor orientação das Representações, será encaminhada uma lista de trabalhos preparados pela Secretaria, que são relevantes para o exame dessa agenda.

Passamos ao ponto 5 da agenda.

5. Designação de autoridades para o ano de 1991 (ALADI/CR/Resolução 1, artigo sexto.

PRESIDENTE. Nesta oportunidade, sendo esta a última reunião do Comitê presidida pelo Brasil, gostaria de fazer, muito rapidamente, um balanço muito rápido do que foi realizado este ano durante a Presidência do Brasil.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer, realmente, a colaboração que recebeu a Presidência, tanto por parte de todos os colegas Representantes do Comitê como por parte da Secretaria-Geral e de todos os funcionários que a ela pertencem.

Por primeira vez na história da ALADI o Brasil exerceu em 1990 a Presidência do Comitê. Este foi um ano no qual a integração foi colocada como prioridade para os Governos da América Latina e se destacaram iniciativas de mais ampla relevância e de grande repercussão; não somente o desenvolvimento do projeto de mercado comum do Cone Sul, o fortalecimento da integração andina, senão também muitos outros acordos que foram assinados, novos acordos de uma nova geração que foram assinados entre os países-membros.

Este foi um ano particularmente importante para a ALADI. E, a partir dos atos importantes que ocorreram neste ano, vou-me permitir destacar alguns deles para mostrar o significado do trabalho que se realizou este ano.

Em primeiro lugar, a Associação completou dez anos, e nós realizamos um Seminário Comemorativo da primeira década, 10 e 11 de agosto, com enorme repercussão. Como os Senhores lembrarão, houve uma importante afluência de participantes; os máximos dirigentes das organizações regionais assistiram aqui à ALADI, participaram de nosso Seminário e foram discutidos os temas mais importantes da agenda da integração regional.

Nós logramos realizar uma importantíssima reunião, a Quinta Reunião do Conselho de Ministros. Depois de vários anos em que o Conselho de Ministros não se reunia realizou-se esta reunião no México, de 30 de abril até 1º de maio.

Durante este ano também se realizou a mudança de mando na Associação com a eleição do novo Secretário-Geral e dos novos Subsecretários.

Nós tivemos quatro visitas Presidenciais importantes que vieram à sede da ALADI, restabelecendo uma prática e reafirmando,

quase como rotina, as visitas a nossa Associação por parte dos Presidentes.

Em janeiro, o Presidente eleito do Brasil, Fernando Collor, inaugurou esta série de visitas. Depois, o Presidente do Uruguai, em março, Luis Alberto Lacalle veio à sede da Associação. Em outubro o Presidente do México, Salinas de Gortari, e depois, finalmente, o Presidente do Equador, Rodrigo Borja, veio visitar-nos à sede da Associação.

Outras visitas importantes marcaram este ano. O Presidente do BID, Enrique Iglesias, veio em março a uma sessão especial nossa; o Licenciado Fernández Solana, Secretário das Relações Exteriores do México, em maio; o Vice-Primeiro Ministro do Conselho de Estados da República Popular da China, Wu Xueqian, em maio esteve aqui; o Comissário Abel Matutes, membro da Comissão da Comunidade Económica Européia, estava aqui como parte de uma sessão especial do Comitê de Representantes; o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Alexis Frutos Vaesken, em agosto esteve na sede da Associação; e finalmente, em novembro, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Resek.

Houve também uma série de iniciativas. As mais importantes que vou destacar marcaram realmente um elo neste ano. Primeiro, a reunião do Conselho de Ministros, no México, que aprovou a ação trienal de 90 a 92; determinaram-se lineamentos gerais com ações específicas em matéria de turismo, cooperação técnica, facilitação do comércio e do transporte e do comércio internacional em geral.

Por primeira vez a Associação conseguiu reunir todos os países-membros em uma segunda reunião do Conselho Empresarial, que se realizou no final de julho. Aprofundou-se, e isso foi um dos pontos álgidos deste ano, a magnitude básica do Acordo sobre preferências tarifárias regionais, depois de um longo processo de negociações.

Na Reunião de Ministros do México também aprovamos a criação de Conselhos Setoriais, uma instância que reunirá autoridades principais dos setores específicos de cada país.

A Comissão da Comunidade Económica Européia foi admitida como Observador da Associação, e está na fase final de negociação um acordo técnico entre a Secretaria-Geral e a Comissão.

Também existiu uma Declaração importante do Comitê de Representantes sobre a "Iniciativa para as Américas".

E, finalmente, em relação à Declaração de Caracas, o Comitê de Representantes iniciou um exame da mesma dentro das instruções Presidenciais para o cumprimento dos mandatos emanados da Declaração de Caracas, a partir de uma convocação e da realização de um grupo ad hoc.

Durante este ano a Associação se viu colocada em xeque pelo surgimento de uma nova realidade na integração latino-americana.

Eu considero que essa posição, difícil, em que se encontra hoje a ALADI, é um fato positivo. Porque, como foi dito aqui no Comitê, das crises, das dificuldades, emergem as soluções.

Creio que nós estamos, neste final do ano, justamente, chegando a uma posição em que os Governos de nossos países terão que tomar ou enfocar a questão do papel da ALADI de maneira objetiva, de maneira concreta. E as dificuldades que tivemos recentemente creio que vão ajudar a essa tomada de posição.

Considero que foi um privilégio para mim, do ponto de vista profissional, haver exercido a Presidência durante este ano. Espero ter-me desempenhado, na maioria das vezes, da maneira mais imparcial possível; compreendo algumas objeções e reparos que foram feitos durante minha Presidência, ação que desenvolvi aqui buscando sempre recuperar o perfil da ALADI, dar um sentido ao trabalho da ALADI e procurar valorizar o trabalho do Comitê de Representantes. Nosso trabalho, o dos Embaixadores aqui em Montevideu, será valorizado na medida em que nós valorizemos o trabalho do Comitê de Representantes. E não me preocupa a confrontação, não me preocupa a divergência, não me preocupa a falta de unanimidade. A ALADI deixará de ser um clube e passará a ser, efetivamente, uma instituição de países na medida em que haja desacordos, na medida em que existam, realmente, interesses que se chocam e que se harmonizam.

Na medida em que nós continuássemos com um trabalho tibio, com um trabalho sem calor, com unanimidades fáceis; na medida que continuasse isso, continuaria a ALADI sendo o que nos últimos anos foi: mais uma organização no contexto regional.

Na medida em que os interesses efetivamente ascendam; na medida em que comecemos a ter, efetivamente, discussões concretas sobre temas de interesse dos países, vai haver divergência, vai haver conflito. E é desse conflito, da discussão acalorada que existe, que vai existir, que deve existir, que vai renascer a Associação.

O que vimos no GATT, recentemente, é uma prova da vitalidade do GATT; a crise pela que atravessou o GATT vai fazer com que o GATT renasça mais forte.

Espero haver contribuído, durante este ano, em que com muita honra, muito prazer e, sobretudo, com a grande colaboração de todos os colegas, amigos, Representantes, pude exercer a Presidência, espero ter contribuído para que a Associação reviva através de discussões objetivas, de discussões concretas, sobre temas que efetivamente sejam do interesse de nossos países. Tudo com o objetivo de melhorar a base de negociação para nossos países aqui na América Latina e para que possamos no longo caminho que aparentemente comecemos a traçar com essa onda, esse novo clima de negociação da integração regional, possa, a ALADI, efetivamente, ter um papel de relevância. E dentro do papel de relevância, o Comitê de Representantes, através de discussões acaloradas, de discussões conflitivas e não de compromissos tibios, de compromissos que nada significam, é que vai renascer, é que vai ter efetiva participação na discussão regional.

E, reitero, agradeço a colaboração de todos os colegas e reitero, também, que espero haver contribuído, durante este ano, para que um novo clima e uma nova posição possa ser conquistada pela Associação Latino-Americana de Integração.

Muito obrigado.

- Aplausos.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, nós pensamos que o senhor honrou o Comitê com sua Presidência em momentos difíceis, mas promissores. É normal que ocorram divergências entre nós. Por sorte, há encontro de interesses; caso contrário, estaríamos funcionando a poucos quarteirões do cemitério. Alegro-me de que haja, de vez em quando, encontro de interesses.

O Embaixador Barbosa foi um Presidente infatigável, minucioso, responsável, imaginativo. E repito, que em nossa opinião honrou o Comitê, sua Chancelaria e o Brasil. E espero seguir contando com sua participação; sua presença é sumamente importante nestes momentos da Associação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Senhor Presidente, sim, a Representação argentina deseja, ao igual que o Chile, felicitar muito especialmente o Senhor Presidente pela excelente forma com que exerceu a Presidência durante este ano.

Realmente, o senhor trabalhou de forma inteligente, incansável, com muito entusiasmo, tratando sempre de contribuir com idéias imaginativas, com novos enfoques para a ALADI, propiciando reuniões com a finalidade de obter sempre consenso dos demais Representantes.

Realmente sentimos admiração pelo senhor, pela forma entusiasmada em que tratou de exercer sua magistratura, tratando sempre de enfrentar os problemas com total realismo, com entusiasmo, com inusitada franqueza, qualidades que me parecem excelentes para chegar a ser sinceros nas posições.

Por tudo isso, felicitamo-lo e realmente acreditamos que desempenhou de forma excelente seu mandato.

Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, o manifestado pelas Representações do Chile e da Argentina tem o correspondente eco em nossa Representação, aderimos a essas expressões.

Mas, queremos salientar algo que creio é importante e deveria ser uma espécie de guia e de conduta. Ou seja, não deixar fora, sem tocar, certos tabus. O dissentimento que tenhamos aqui devemos manifestá-lo, promovê-lo e deve ser uma forma de revitalizar a própria Instituição. Acredito que com valentia, com decisão para a meta superior pela qual estamos nós aqui, neste recinto, devemos

dissentir, enfrentar com franqueza; dali sairá a ave Fenix sempre renovada, revitalizada.

Devo expressar particular beneplácito, Senhor Presidente, por haver desempenhado junto ao senhor, nesta Mesa, trabalhos, por honrar-me com sua amizade, cooperando no que foi possível; particularmente para mim foi algo muito especial. Cheguei no momento em que as reuniões eram todos os dias, aqui, no mês de abril, como diziam, tive que entrar de pleno, lançar-me à piscina. Afortunadamente, esta tinha água e pudemos sair adiante.

De todas maneiras, reitero este beneplácito de contar com o senhor como Presidente e também ter colaborado com o senhor, que foi uma experiência muito gratificadora.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Desejo acrescentar meu agradecimento especial aos Representantes do México e da Bolívia, que juntamente comigo compartilharam do trabalho da Mesa durante este ano.

Representação da VENEZUELA (Gerardo Arellano). Senhor Presidente, em nome do Embaixador da Venezuela também queremos aderir às felicitações que muito honradamente apresentaram ao senhor por sua atividade no exercício da Presidência do Comitê.

Creio que em suas palavras de despedida da Presidência o senhor manifestou conceitos muito importantes. No exercício dos trabalhos e de qualquer função diplomática podem existir diferenças em conceitos entre os presentes, mas sempre reinou, e o senhor o manifestou muito certeira, o espírito de que essas diferenças contribuam a tornar transparente o processo e levá-nos pelo caminho mais equitativo e mais indicado para todos.

Por isso estamos certos de que com sua presença também aqui, como Embaixador do Brasil, continuaremos trabalhando nesse roteiro. Felicítamos novamente o Senhor Presidente por seu trabalho e a Representação da Venezuela continua com plena disposição de colaborar com o Senhor em todo o exercício de sua função.

Representação do MEXICO (Salvador Arriola). Senhor Presidente, tive a sorte de conhecê-lo há alguns anos, em outra posição. Mas, isso não impedia que falássemos da integração latino-americana. E lembro muito bem que havia grande coincidência e, principalmente, havia um dinamismo especial nas idéias que o senhor tinha sobre o que devia fazer a ALADI.

Acredito que se examinamos ou, pessoalmente, se examinamos os documentos que saíram do México no Conselho de Ministros e os relaciono com as conversações que mantivemos em várias oportunidades posso constatar fielmente que o programa de trabalhos da ALADI para os próximos anos tem e deve ao Embaixador Barbosa uma grande contribuição. Por isso, se somamos a isso o fato de que estejamos esclarecendo as posições e definamos valentemente as mesmas, estou certo de que o ano de 1991 vai ser muito mais importante e concreto que o ano de 1990, que o senhor acaba de resumir.

PRESIDENTE. Obrigado por suas palavras.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Senhor Presidente, aderimos e fazemos nosso totalmente o expressado pelos Representantes do Chile, Argentina, Bolívia, Venezuela e México. Vamos sentir saudades, certamente, o próximo ano, de sua vemência, de sua capacidade de trabalho e de seu dinamismo.

Nossa Representação deseja que essa pressão que o senhor exerceu sobre a Associação em seu conjunto ao longo de 1990 se mantenha o próximo ano e que o senhor continue contribuindo para isso.

Representação da COLÔMBIA (Rodrigo Alberto Rivera). Senhor Presidente, a Representação da Colômbia se une às diferentes manifestações de felicitações expressadas pelas Representações dos países-membros da ALADI e expressa suas mais efusivas felicitações ao Embaixador Barbosa pela inteligente, sábia e prudente condução que soube dar às reuniões do Comitê.

Representação do URUGUAI (Néstor Cosentino). Senhor Presidente, nós também queremos atirar flores à passagem do herói que concluiu seu trabalho e se retira para o merecido descanso.

Não temos um ponto de referência para saber se este trabalho foi melhor cumprido que os anteriores, mas sim nos consta que foi bem cumprido.

Felicitemo-lo e lhe agradecemos seus esforços e esperamos que aquele que o substitua para presidir este Comitê não somente possa cumprir o trabalho com o mesmo interesse, dinamismo e franqueza, mas também possa solucionar alguns aspectos, alguns desencontros que tivemos entre o Comitê e a Secretaria, que às vezes foram desagradáveis, que provavelmente tenham servido para que tenhamos de rever algumas coisas na organização interna.

Reiteramos, então, que para nós foi um prazer trabalhar este ano com o Senhor e felicitamo-lo, e esperamos, à frente de sua Representação neste Comitê, continuar contando com essa inteligência nos enfoques que sabe fazer dos trabalhos desta Associação.

Representação do EQUADOR (Roberto Proaño). Nossa Representação deseja aderir às expressões das outras Representações e aderir ao Presidente pela forma como soube conduzir o Comitê em uma etapa difícil para a Associação.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Talvez o único que não vai felicitar o Presidente seja o Embaixador do Paraguai junto à ALADI, porque o que ele tem feito é habitual nele; e seus antecedentes assim o precederam e todos temos conhecido as virtudes da função diplomática e do desempenho do Embaixador Rubens Barbosa; felicitá-lo é ter que fazê-lo todos os dias porque o que o precedeu até chegar à Presidência foi uma permanente colaboração no sentido da integração. E essa situação nos permite, à inversa, congratular-nos por ter podido contar com ele como precedente neste longo caminho que empreendemos para a integração latino-americana.

As felicitações, Senhor Presidente são pelas festas de fim do ano para o senhor e sua distinta família. E reitero que as felicitações são para nós por termos contado com sua Presidência.

SUBSECRETÁRIO (Antonio José de Cerqueira Antunes). Senhor Presidente, a Secretaria-Geral não poderia deixar de concordar e de aderir a tudo quanto foi dito. E talvez valeria a pena salientar alguns aspectos, muito relevantes, que falam muito bem do senhor.

É verdade que muitas vezes tivemos oportunidades de pressões, de choques. Temos que fazer um elogio sincero. Mas, Senhor Presidente, não há nenhuma dúvida de que, principalmente Vossa Excelência soube exercer a Presidência deste órgão político em um momento de transição; soube dar-lhe um ritmo de marcha forçada, de sinceramente, que é muito necessário porque estamos em um momento de transição. É muito difícil fazer com que os operadores ou aqueles que tomam decisões, acostumados a manejar determinados instrumentos, façam e proponham mudanças estratégicas. Contudo, a pressão exercida por Vossa Excelência na direção dos trabalhos da Secretaria e dentro do Comitê, creio que deu um resultado positivo de que ninguém duvida. Isso, apesar de muitas tensões, de muitos choques que muitas vezes tivemos, creio que é, diríamos em português, um galardão muito importante. Além disso, sempre soubemos que apesar das tensões, sempre fica, finalmente, uma elevada qualidade humana que se sobrepõe finalmente nas relações. Era isso, Senhor Presidente, o que queria dizer.

PRESIDENTE. Eu queria agradecer sinceramente as palavras de todos os amigos aqui presentes e dizer-lhes que como Representante do Brasil voltarei à bancada e contribuirei com o mesmo entusiasmo, com o mesmo calor, para avançar nos assuntos e ter uma visão clara dos problemas e, justamente, tentar superar essas dificuldades que são inerentes, como foi ressaltado nesta fase de transição da Associação. Muito obrigado pelas palavras aqui expressadas.

Dentro do ponto cinco, para o ano de 1991 a Presidência recai na Representação da Colômbia e as Vice-Presidências, nos Representantes do Paraguai e do Brasil. O Comitê me terá mais um ano como Vice-Presidente. Então, a partir da reunião de 15 de janeiro incumbirá à Representação da Colômbia o exercício da Presidência.

Antes de passar ao ponto sobre a consideração do relatório da Comissão de Orçamento eu perguntaria aos Senhores Representantes se haveria acordo para que fosse divulgada pela ALADI essa nota referente ao GATT. Os senhores receberam, e a Secretaria afinou, fez pequenas modificações de forma para colocá-lo em um castelhano correto. Pergunto se haveria consenso em que fosse divulgada essa nota como nota da ALADI a respeito das negociações do GATT.

Representação da VENEZUELA (Gerardo Arellano). Senhor Presidente, nossa Representação tinha comentado com membros de sua Representação a importância desse texto. Consideramos que é conveniente para a ALADI e para o jogo econômico e político internacional assumir alguma posição. O texto que havíamos conhecido, que Vossa Excelência tinha feito circular anteriormente, merecia de nossa parte uma pequena observação de forma por uma das palavras utilizadas. Se agora foram feitas algumas correções gostaríamos de conhecer o texto. Devo dizer-lhe, Senhor Presidente, que nos parece

que esse tipo de declarações e de textos é de capital importância para a ALADI. Quer dizer, o apoiamos talvez com alguma mudança de forma vista no texto anterior.

PRESIDENTE. Eu tinha entendido que a Secretaria tinha distribuído a todos seus membros. Peço à Secretaria que leia então o texto que está sendo distribuído. É exatamente igual com uma única modificação.

SECRETARIA (Mario Vacchino). Proposta, então, de declaração: "Os países-membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) acompanharam com preocupação os resultados das negociações da recente reunião ministerial da Rodada Uruguai do GATT em Bruxelas.

Conscientes de que o impasse final nas negociações acarretará conseqüências negativas para a livre expansão do comércio internacional, com possíveis reflexos para o intercâmbio dentro e fora da região, os países-membros exortam as principais partes diretamente envolvidas a favorecer uma abertura construtiva nas negociações com a retomada dos entendimentos no âmbito do GATT, foro multilateral cuja importância e preservação deve ser ressaltada com o objetivo de preservar e aperfeiçoar o sistema multilateral de comércio."

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Não se poderia fazer um esforço para redigir melhor este parágrafo? Não tem um ponto. E a palavra "reflexos" deveria ser substituída por "efeitos" e pontualizar este parágrafo.

PRESIDENTE. Para não perder tempo aqui na redação, se o Comitê estivesse de acordo, a Secretaria redigiria essa mesma frase de uma maneira mais leve.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). A palavra "impasse" tampouco é castelhana.

SECRETARIA (Maria Vacchino). "Impasse" está aceita pela Real Academia.

Representação do MEXICO (Salvador Arriola). Senhor Presidente, eu teria alguns comentários em relação ao texto, mas primeiro perguntaria.

Creio que haveria que pôr no parágrafo algo que falasse de que os resultados finais da Rodada, se houver resultados finais, reflitam os interesses fundamentais dos países em desenvolvimento. Porque aqui estamos falando de que se pode causar uma erosão no fluxo do comércio internacional e pode ser adicionalmente um golpe muito severo para a principal instituição que dirige o tema do comércio mundial.

Acredito que se vinculamos este texto com que se diga claramente que se deve preservar os interesses fundamentais dos países em desenvolvimento em qualquer resultado das negociações estaríamos não só manifestando de modo concreto os interesses de cada um de nossos Governos, mas estaríamos também vinculando-nos com o que nossos próprios Presidentes, alguns Presidentes, manifestaram na



reunião de Caracas, onde se fala expressamente de preservar os interesses fundamentais dos países em desenvolvimento na rodada multilateral do GATT.

Também desejaria comentar que aqui se diz "conscientes de que o impasse final...". Eu não sei se vai ser o impasse final; igual, há um impasse posterior; e creio que também aí haveria que fazer alguma modificação. Coincido plenamente com os comentários do Embaixador do Chile. E também desejariamos conhecer o destino específico da Declaração.

O que mais me preocupa é que não aparece por nenhum lugar o tema do interesse dos países em desenvolvimento como conceito que deve ser preservado.

Representação da BOLIÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, coincido com as manifestações do Senhor Embaixador do México. Realmente creio que este segundo parágrafo deveria terminar na antepenúltima alínea "no âmbito do GATT". E depois fazer referência a nossos países ou a nossa região.

Também creio que ao começar o segundo parágrafo "conscientes de que o impasse final" estamos determinando como se fosse uma condição já definida. Creio que deveríamos mudar mais ou menos da seguinte forma: "conscientes de que se continua o impasse atual nas negociações..." etc. Porque nossa preocupação é este impasse atual. Confiemos em que em 15 de março haverá novas perspectivas.

Representação do EQUADOR (Roberto Proaño). Senhor Presidente, nós já tivemos a preocupação que tem a Representação do México: a quem está dirigido este documento. E segundo, desejariamos que na redação ficasse claro que são os países-membros da Associação, membros do GATT. Não nos parece adequado exortar porque não parece lógico exortar a si próprio, mas recomendar aos negociadores do GATT. Então, sugeriríamos que dissesse "os países da Associação, membros do GATT...".

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Senhor Presidente, nós sim temos alguma dificuldade com a redação na forma, não no fundo. Concordamos em que é importante uma manifestação desta natureza, mas pareceria que com algumas modificações que poderia fazer a Secretaria seria possível melhorar o que estamos desejando.

Em primeiro lugar, somente a título de comentário, "os países-membros da Associação Latino-Americana de Integração... acompanharam..." diz. Creio que "vêm com preocupação". Os países vêm com preocupação os resultados.

Além disso, considero que em lugar de "conscientes de que o impasse final", que é prejudicar sobre um resultado, seria oportuno falar, por exemplo, de que "conscientes de que um resultado similar ao que se manifesta..." ou "... através das negociações atuais..." porque estão suspensas, podem ter essas consequências negativas aí manifestadas.

Também a palavra "reflexos", que o Embaixador do Chile manifestou que devia ser substituída por "efeitos", parece-nos importante. O mesmo nos acontece quando falamos das negociações "retomando os

entendimentos". Parece-me que seriam negociações "em procura de entendimentos".

Tínhamos previsto colocar um ponto depois da linha que fala de "no âmbito do GATT". Terminar aí e fazer uma redação mais acorde para um parágrafo final referente à região ou a nossa região.

Representação do URUGUAI (Néstor Cosentino). Senhor Presidente, estamos totalmente de acordo com a proposta em geral, com o fundo da mesma, e não entraremos nos pormenores de uma possível nova redação total.

Creio entender que onde diz "impasse final" significa o eventual fracasso. Se for assim, considero que deveríamos pôr "o eventual fracasso" e então ficaria claro; "acarretaria conseqüências".

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Concordamos totalmente com o Senhor Representante do Uruguai.

Com efeito, deveríamos chamar as coisas por seu nome. O que acarretaria conseqüências negativas para a livre expansão do comércio internacional seria o fracasso da Rodada. De modo que sem "final" e sem "impasse". "Conscientes de que o fracasso". Isso quanto à redação. E também estou de acordo com a proposta de "acarretaria", porque é uma eventualidade.

Também coincido, Senhor Presidente, com que as últimas linhas devem ser reformuladas ou desaparecer. "... foro multilateral cuja importância deve ser preservada...", deve dizer, não "cuja importância e preservação". Parece-me que são conceitos que não deveriam ir juntos. Isto quanto à redação.

Julgo que o tema central deve ser o destinatário do comunicado e considero que isso foi muito bem exposto pelo Senhor Representante do Equador. Coincido em que devemos fazer a exortação, mas devemos precisar a quem está dirigida. Aqui dá a impressão de que estamos exortando a nós mesmos através de nossas delegações no GATT. Portanto, acredito que devemos juntar isso com o que propunha o Embaixador do México, com a referência aos países desenvolvidos ou com a referência aos interesses dos países em desenvolvimento. Então, talvez deveria dizer "os países-membros exortam os países desenvolvidos envolvidos ...", porque o que existe é uma negociação entre essas partes, e evitaríamos a necessidade de fazer um terceiro parágrafo adicional.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Esta é uma proposta sua, Senhor Presidente do Comitê de Representantes. Por conseguinte, deveríamos começar "o Comitê de Representantes", não "os países-membros da Associação Latino-Americana". "Os países-membros da Associação Latino-Americana" não existem. Eles se expressam no Comitê. O sujeito da Declaração é "o Comitê de Representantes". Haveria que transformar o sujeito.

PRESIDENTE. A idéia é que todos nossos países já manifestaram essa preocupação, e aqui a idéia era que os países-membros da Associação reiterariam. Creio que lhe dá mais força, porque isto é uma reiteração da posição de cada um de nossos países. Não houve vozes discordantes e eu creio que isto lhe daria mais força.

De qualquer maneira, tinha pensado que esta Declaração, se for aprovada, será difundida. Agora, levando em conta a discussão realizada, talvez poderíamos encarregar ao Secretário-Geral da ALADI que envie isto ao Diretor-Geral do GATT. Não tinha pensado nisso. Minha idéia era que fosse uma Declaração pública da Associação, porque tudo isto vai na linha da atuação de nossos Governos, não há conflitos aqui, não há dificuldades políticas em realizar isto.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Parece que a discussão retoma questões de forma, de redação, desta Declaração, e também questões de fundo, no que tem a ver com os conceitos expressados aqui, e questões de procedimento.

Eu não vou referir-me às diferentes propostas de modificação no que respeita à redação; em lugar de "impasse", "fracasso", "reflexo", "por efeito", esse tipo de modificações, mas vou ver quais são os principais problemas de fundo em relação à Declaração.

A primeira questão se refere a quem se dirige a quem. Ou seja, são os países-membros da Associação, é o Comitê de Representantes ou é o Secretário-Geral nesta última formulação? Creio que a fórmula proposta "Os países-membros", é mais abrangente, apesar de que o Representante do Equador disse que seriam somente os países-membros da ALADI, as Partes Contratantes do Acordo Geral, os que deveriam expressar-se. Isso, creio que tiraria um pouco o efeito consensual, de unanimidade, o efeito político desta Declaração. Desejo crer, e o próprio Presidente do Equador em sua visita aqui confirmou a intenção de seu país de levar adiante negociações para um eventual ingresso ao Acordo Geral; ou seja que o Equador seria uma Parte Contratante, e manter a fórmula de países-membros" me parece o mais adequado do ponto de vista político no que se refere à Declaração.

A quem se dirigiriam os países-membros? Creio que poderiam dirigir-se, em lugar de "às principais partes diretamente envolvidas", o qual envolveria outras partes, em lugar disso, dirigir-se ao Comitê de Negociações Comerciais, que foi responsável, na Rodada Uruguai, das negociações, em relação ao Comitê de Negociações Comerciais do Acordo Geral.

No que diz respeito aos conceitos, sem falar da redação propriamente dita, o conceito de "resultados", como está expressado na segunda linha do primeiro parágrafo, não expressa bem a situação atual. Então, creio que em lugar de "resultados", os países vêm com preocupação os resultados, considero melhor que dissesse "a suspensão das negociações", "a interrupção das negociações" e não "os resultados", porque esta é a situação real: não houve resultados; houve suspensão de negociações a nível do Comitê de Negociações Comerciais da Rodada Uruguai quanto às partes contratantes. Ou seja, esse Comitê deveria fazer sessões novamente, em um prazo não determinado, a partir de janeiro ou de fevereiro, mas não teve resultados ainda, não chegou a consenso algum nem sequer se declarou o fracasso da Rodada em questão. Ou seja que creio que deveria dizer "acompanha com preocupação" ou "vê com preocupação a suspensão" ou "a interrupção das negociações".

No que se refere à proposta do Representante do México, creio que o mais pertinente seria incluir o conceito de "países em desenvolvimento". Isso poderia ser colocado no segundo parágrafo, terceira alínea. Quando se fala de "conseqüências negativas para a livre expansão do comércio internacional" poderia colocar-se entre aspas "especialmente nos países em desenvolvimento" e depois continuaria "com possíveis reflexos" ou "efeitos para o intercâmbio dentro e fora da região...".

Portanto, vou resumir: o conceito de "suspensão" é melhor que o de "resultados". Em segundo lugar, o conceito de "países em desenvolvimento" deve ser estabelecido. E fica o tema fundamental do que falei no começo: quem se dirige a quem. Os países ao Comitê? Ao Secretário-Geral? Creio que deveria dirigir-se ao Comitê de Negociações Comerciais.

E ainda resta o tema proposto pelo Equador: se são somente os países-membros ou os que fazem, ao mesmo tempo, parte do Acordo Geral.

Representação da BOLIÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, precisamente em relação ao primeiro parágrafo, creio que devemos assumir nesta proposta, ou nesta Declaração, como países, para que tenha um pouco mais de força direta; acredito que estamos representando nossos países e não vejo que se possa causar incomodidade. No entanto, estamos de acordo com o que possa decidir a maioria quanto ao encabeçamento ou às primeiras palavras.

Na idéia de tratar de reunir as expressões dadas desde a sugestão do Senhor Embaixador do México ao Senhor Representante do Brasil, que fez uso da palavra ultimamente, sugeriria uma redação para o segundo parágrafo, que diria: "Conscientes de que, caso continue o eventual fracasso nas negociações, trará conseqüências negativas para os países em vias de desenvolvimento, os países-membros exortam as principais partes diretamente envolvidas a favorecer uma abertura construtiva nas negociações, retomando os entendimentos no âmbito do GATT". Finalizaria ali.

Representação do EQUADOR (Roberto Proaño). Senhor Presidente, o Equador apóia o espírito desta Declaração. Mas, tal como está redigido, não é muito claro.

Caso esta seja uma Declaração do Comitê de Representantes, indubitavelmente terá nosso apóio, porque é o órgão político da Associação, mas como se diz "os países-membros", os países-membros estão representados no GATT, têm seus próprios porta-vozes. Então, tudo depende - e essa era uma das minhas preocupações - de a quem ia dirigida essa exortação, este documento. Mas, se fosse esclarecido que surgiria como uma Declaração do Comitê, não teríamos nenhum inconveniente em apoiá-la.

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo). Senhor Presidente, creio que sobre este texto foram apresentadas objeções de forma e algumas de fundo.

Quanto às recomendações ou esclarecimentos sobre a forma, sobre o texto, creio que já a Secretaria recolheu todas as opiniões e poderia apresentar-nos um texto mais ágil e mais aceitável para as onze Representações. Considero um pouco superfluo continuar ensaiando redações aqui com modificações de todos. A Secretaria pode fazê-lo e distribuí-lo novamente.

Mas há alguma objeção de fundo de se são os países ou é o Comitê. Caso fossem os países, creio que minha Representação teria a necessidade de consultar a Chancelaria mexicana. Caso fossem as Representações, creio que poderá assumir aqui sua responsabilidade. Por isso creio que também deveria pensar-se em qual vai ser a origem e o destino também da nota: se é mandada diretamente à Secretaria do GATT ou se é uma nota que vai ser publicada. Isso sim considero que são raciocínios de fundo; e desejaríamos ter claro o que vai acontecer.

PRESIDENTE. Antes de dar a palavra ao Chile e à Argentina, considero que o único ponto de substância, de fundo, que existe aqui, é essa questão.

Acredito que, aproveitando um pouco a sugestão do senhor Representante do Brasil, caso incluíssemos o Comitê de Negociação Comercial do GATT, poderíamos colocar Comitê de Representantes, e seriam obviadas essas dificuldades. E colocaríamos "o Comitê de Representantes, órgão político permanente da Associação...", uma coisa assim. E na questão de forma recolhemos todas as sugestões e fariamos isso. Entendo que é somente essa a objeção de fundo. Eliminaríamos "os países", colocaríamos "o Comitê de Representantes" e melhorariamos a forma e a Secretaria distribuiria. E, nessa hipótese e com essa modificação, então, como Presidente do Comitê, encaminharia isso ao Presidente do Comitê de Negociações Comerciais. Creio que ali não existiria maior problema; seria uma coisa de um órgão colegiado a outro órgão colegiado.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, ia propor quase a mesma coisa que acaba de sugerir o senhor.

O sujeito deve ser "o Comitê" e a Secretaria poderia, ao finalizar esta reunião, entregar-nos um projeto com a colaboração do Ministro Almeida.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Estamos de acordo com o último procedimento que o senhor indicou, Senhor Presidente.

Representação da VENEZUELA (Gerardo Arellano). Senhor Presidente, no mesmo sentido, acompanhamos sua observação. E desejaríamos, também, Presidente, que no que resta deste e do próximo ano, na medida que o tema continue pendente, a Secretaria encontrasse alguma fórmula para manter-nos, em alguma medida, informados desta situação para o futuro imediato.

PRESIDENTE. Isso está no plano de trabalho. A Secretaria já apresentou dois documentos e vai continuar trabalhando.

Solicitaria então ao Senhor Vacchino, da Secretaria, que redigisse essa nota com a nova redação e, se for possível, ao finalizar esta reunião aprovássemos a redação como foi examinada aqui.

Voltariamos, então, a tratar o ponto 4 da agenda: "Relatório da Comissão de Orçamento sobre o reajuste à Resolução 109 do Comitê de Representantes".

Pediria ao Presidente da Comissão de Orçamento para fazer uma exposição sobre a análise da proposta apresentada pela Secretaria-Geral.

Representação do EQUADOR (Roberto Proaño). Senhor Presidente, efetivamente, a Comissão de Orçamento reuniu-se durante seis dias, originalmente, para conhecer a Proposta 107 que apresentou a Secretaria-Geral, proposta que em sua forma e em seu fundo não foi acolhida pela Comissão em consideração a que, em primeiro lugar, em sua forma não concordava com a estrutura que tem a atual Resolução 109, que trata do orçamento bianual da Associação para o período 90-91.

Em segundo lugar, no fundo, a Proposta 107 introduzia ou incrementava o orçamento perante um eventual aumento dos salários dos funcionários da Associação, pedido que a Comissão considera atendível, mas lamentavelmente a forma de financiamento não era a mais adequada pelo qual a Comissão solicitou à Secretaria que fosse refeita a proposta enquadrando-a no esquema da Resolução 109 e eliminando o eventual incremento de salários. Para ser tratado, este tem, o próximo ano, já que entendemos que ele merece um estudo total quanto à fonte de financiamento.

Levando em conta isso, a Secretaria-Geral apresentou a Proposta 108, modificada, que foi analisada por parte da Comissão de Orçamento e depois de efetuar alguns ajustes, tanto de forma como de fundo quanto a modificar determinados valores, foi aprovada tal como apresentada pela Secretaria no documento de hoje.

Adicionalmente, o Comitê conheceu a proposta apresentada pela Secretaria-Geral, encaminhada a obter uma bonificação para o pessoal da Secretaria. Este documento também foi objeto de análise por parte da Comissão. Lamentavelmente não se pôde ter consenso a respeito deste tema, já que existe a posição de alguns países, a maioria, sete, de apoiar esse projeto, enquanto quatro se absteram de apoiar esse projeto com vistas a buscar um consenso no seio deste Comitê.

Essa é a situação das atividades desenvolvidas pela Comissão e, portanto, recomenda-se a aprovação do projeto de orçamento para 1991 no documento que hoje distribuiu a Secretaria.

E quanto à bonificação, a situação fica sujeita à resolução do Comitê de Representantes.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Está em consideração o relatório da Comissão de Orçamento, apresentado pelo Presidente.

SECRETARIA (Mario Vacchino). Ampliando os conceitos do Senhor Presidente da Comissão, desejaria fazer ressaltar um pouco o aspecto referido à proposta da Secretaria para obter uma remuneração extraordinária antes de concluir o presente ano.

A Secretaria, quando apresenta seu projeto, é totalmente consciente de que se trata de uma manifestação de vontade, uma forma de solucionar a curto prazo a tremenda perda de poder aquisitivo que sofreram os funcionários da Secretaria em suas remunerações. Mas, fez isto consciente de que esta proposta mínima traçada pela Secretaria se ajusta às atuais condições e possibilidades financeiras da Associação e no entendimento de que imediatamente depois deveríamos dedicar-nos, a partir de primeiro de janeiro de 1991, à busca e à obtenção de uma solução definitiva que, a critério da Secretaria, não deveria envolver exclusivamente os gastos de remuneração mas todo o orçamento da Associação, porque todo o orçamento da Associação está submetido a uma constante deterioração e corrosão de seu poder aquisitivo, como consequência do processo que se está vivendo.

A Secretaria, então, considera, em primeiro lugar, que existem, neste momento, disponibilidades financeiras no Fundo de Capital de Trabalho para responder às despesas desta proposta. Em seu conjunto, a Secretaria solicita uma remuneração equivalente a um salário básico para o pessoal da categoria internacional e meio salário básico para todos os diferentes funcionários da categoria local. Isto atinge a quantia de US\$ 118.365,00, com um Fundo de Capital de Trabalho de US\$ 826.000,00, em geral, mas além disso com efetivo em Caixa que permite perfeitamente fazer este gasto sem perturbar nenhuma das obrigações dos meses de janeiro e fevereiro da Secretaria.

Então, resumindo esta manifestação da Secretaria, porque a consideramos um antecipo da busca de uma solução permanente, porque a solução permanente não se vai obter de forma imediata, embora imediatamente nos dedicássemos a ela, e porque é coerente com o desejo de obter para os funcionários da Secretaria uma remuneração adequada a seu esforço e como os senhores sabem, essa remuneração adequada na cidade de Montevidéu os organismos internacionais de comparação normalmente estão localizados acima de cinquenta por cento quanto aos ingressos de nosso pessoal. Por conseguinte, apresentou esta proposta à Comissão, entendendo-a como uma proposta mínima, que me permito nesse caso, talvez, corrigir um pouco o Senhor Presidente da Comissão: contou com a aprovação de oito Representações presentes, com dissidências por parte da Argentina e do Brasil, não no fundo, mas talvez na forma de obter esse objetivo, e no relatório se faz constar que a posição destes dois países estava dirigida, orientada, a obter uma solução de fundo no menor prazo possível. E em uma proposta que considerou a Comissão também se incluía a necessidade de realizar, para obter este propósito, uma revisão das contribuições orçamentárias dos países-membros.

Então, com essa maioria de oito Representações, a Secretaria mantém perante o Comitê de Representantes este pedido de aprovação do projeto apresentado para sua consideração.

PRESIDENTE. Eu queria esclarecer. Aqui se menciona a existência de oitocentos mil dólares. Desses oitocentos mil dólares sairiam os recursos. Ou seja, existem efetivamente esses recursos? Estão depositados em bancos, estão sendo aplicados? Existem esses recursos?

SECRETARIA (Enrique de la Vega). Senhor Presidente, como já foi expressado anteriormente na reunião da Comissão de Orçamento, esse fundo existe, obviamente, no papel, já que é um fundo conformado por poupanças feitas em anos anteriores e por poupanças feitas neste ano pela não cobertura de vagas, pela venda de alguns bens em desuso, etc. Em caixa, como tal, não existe, mas temos por outro lado a disponibilidade financeira, já que a Secretaria fez um plano financeiro que permite fazer frente, como manifestava anteriormente o Doutor Vacchino, a todo o funcionamento da Secretaria até o mês de fevereiro inclusive, com determinado remanescente para o mês de março, supondo que não exista nenhum ingresso das contribuições dos países-membros.

Partimos também do ponto de vista de que por experiência de anos anteriores, no mês de janeiro há países que pagaram sua quota, ou parte dela, e alguns outros que também começam a pagar os duodécimos.

De maneira que neste momento a Secretaria tem disponibilidade para fazer frente a este gasto sem de nenhuma maneira, deteriorar o funcionamento normal que foi perseguido, uma vez que foi superada a crise que houve em nove meses deste ano. Além disso, não teríamos nenhum incremento no limite de endividamento.

PRESIDENTE. Então, eu estou querendo entender. Não existem esses oitocentos mil dólares. É um registro.

SECRETARIA. (Enrique de la Vega). Sim existe, existe no papel, obviamente.

PRESIDENTE. Existiria se os países estivessem contribuindo. Na prática não existem esses oitocentos mil dólares, concretamente. Desejo somente informar-me sobre isso.

SECRETARIA (Mario Vacchino). Se me permitem, considero que é um problema semântico no qual podemos estar envolvidos.

A Associação tem fundos disponíveis. Esses fundos disponíveis não são nem do capital de trabalho nem de nenhum; são fundos disponíveis. Esses fundos disponíveis são suficientes para responder a todas as necessidades da Secretaria de janeiro e fevereiro, e se supõe que os países-membros, superada a crise, seguirão pagando regularmente suas próximas contribuições. Se os países-membros pagam suas próximas contribuições não há nenhum problema com fazer frente a este gasto. A despesa é com cargo aos fundos da Associação, que será imputada contabilmente aos fundos que correspondem ao Fundo de Capital de Trabalho, isso é óbvio.



A expressão usada aqui por Enrique de la Vega sobre que "estão no papel", é uma forma de dizer que são assentos contábeis, mas isso tem uma contrapartida real: é que no orçamento de despesas e ingressos e ativo e passivo da Associação existe um saldo líquido que nos permite fazer frente a este gasto.

PRESIDENTE. Está em consideração.

Creio que há duas coisas. Uma, o projeto de resolução que aprova o orçamento da Associação e depois há outro projeto de resolução que autoriza a Secretaria-Geral a outorgar uma retribuição extraordinária. Talvez poderíamos separar; não sei se no orçamento está incluída a segunda. Talvez poderíamos desdobrar e examinar o primeiro projeto de resolução, sobre o reajuste da Resolução 109, e depois tratar os outros.

Representação do EQUADOR (Roberto Proaño). Justamente queria manifestar que são dois temas independentes.

O que estava previsto financiar em bonificação, de nenhuma maneira está incluído no orçamento. Então, o orçamento deve ser aprovado e conta com o apoio de todos os países. A bonificação é outro tema.

Então, sugeriria que primeiro fosse tratado o tema do orçamento propriamente dito, e depois nos dedicássemos à discussão da bonificação.

PRESIDENTE. Atendendo à sugestão do Equador, preferiria tratar o orçamento agora. O México falaria sobre o orçamento?

Representação do MÉXICO (Salvador Arriola). Não, Senhor Presidente....

PRESIDENTE. Então, vamos resolver o tema relativo ao orçamento.

Submeto, então, a consideração este projeto de resolução que trata do reajuste à Resolução 109 do Comitê de Representantes.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Segundo entendemos, então neste orçamento não está incluída a bonificação.

PRESIDENTE. Não.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Perfeito, então somente temos que fazer um pequeno acréscimo na página 46, já que aqui me estão indicando uma pequena omissão. Ponto 3.3.3, nas metas se especifica efetuar o acompanhamento de outros processos de integração dentro e fora da região. Na coluna da direita se especificam as ações. Faltaria, então, entre essas ações, acrescentar "acompanhamento" porque se citam os processos sub-regionais. Faltaria acrescentar "e de países-membros com terceiros países", para correspondê-lo às metas.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Senhor Presidente, Mercosur não existe. Não há uma definição de nome. Haveria que colocá-lo de outra maneira. Talvez depois não coincida a sigla.

PRESIDENTE. "E outros processos" porque não há nome.

SECRETARIA (Mario Vacchino). Ficaria assim: "Acompanhamento do desenvolvimento dos processos sub-regionais de integração (Grupo Andino e outros processos)".

E acrescentamos "de países-membros" no outro parágrafo.

PRESIDENTE. Continua em consideração.

Se não há outras observações?

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo). Uma muito simples. No artigo segundo desta resolução, o ponto e seguido do segundo artigo diz: "Nesse sentido a Secretaria-Geral apresentará ao Comitê de Representantes a correspondente proposta de ajuste". Considero que isto é para a aprovação do Comitê. Então, deveria dizer "apresentará ao Comitê de Representantes para sua aprovação a correspondente proposta de ajuste".

SECRETARIA (Mario Vacchino). Com este segundo artigo se queria contemplar a possibilidade de que as reuniões dos órgãos políticos introduzissem algumas modificações que nos obrigassem a um reajuste do orçamento. Então, obviamente deve ser aprovado pelo Comitê, não?

PRESIDENTE. Bom, se não houver outras observações, então, coloco em votação o projeto de resolução.

Os que estiverem pela afirmativa, por favor tenham a gentileza de manifestar-se.

Vota-se: Unanimidade.

Por conseguinte, o Comitê de Representantes APROVA a seguinte

"RESOLUÇÃO 134 (\*)

"O Comitê de Representantes,

TENDO EM VISTA Os artigos 35, letra e) e 38, letra m) do Tratado de Montevideu 1980, e o artigo segundo da Resolução 109 do Comitê de Representantes, bem como as Resoluções 19 a 29 da Quinta Reunião do Conselho de Ministros e a ALADI/Resolução 125.

CONSIDERANDO O projeto de reajustes à ALADI/CR/Resolução 109,

-----  
(\* ) O Texto completo desta Resolução foi publicado como documento ALADI/CR/Resolução 134.

RESOLVE:

Artigo 19.- Aprovar os reajustes ao Orçamento da Associação para ao exercício 1991 e as modificações às normas de execução e controle que constam em anexo à presente resolução.

Artigo 20.- As ações programadas para o ano de 1991 poderão ser reajustadas em função dos mandatos que emanem dos órgãos políticos da Associação. Nesse sentido, a Secretaria-Geral apresentará ao Comitê de Representantes a correspondente proposta de ajuste."

PRESIDENTE.- Passamos, então, à segunda parte, projeto de resolução.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Perdão, nós teríamos uma pequena modificação de redação no que se refere à Representação da Argentina que consta no relatório. Podemos propô-la agora?

Porque desejaríamos melhorar a redação para captar melhor o relatório. Estamos falando do relatório da Comissão de Orçamento? O último parágrafo do relatório?

PRESIDENTE. Sim.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). "A Representação da Argentina, com o apoio do Brasil, estimou que" até aí seria igual. E agora continuaríamos desta maneira. "Considero que nas deliberações para a busca de soluções definitivas no tema salarial ou outros orçamentários deveria considerar-se simultaneamente a revisão das contribuições orçamentárias dos países-membros."

PRESIDENTE. Alguma outra observação quanto ao relatório?

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo). Senhor Presidente, para uma consulta de procedimento. Corresponde ao Comitê modificar o relatório da Comissão? Porque temos algumas observações que não ficaram no relatório e pensamos não fazê-las modificando o relatório. Pensamos fazê-las depois de dar nosso voto; justificá-lo, apoiá-lo, ou dizer por que votamos de tal ou qual maneira. Tenho minhas dúvidas de que o Comitê possa modificar o relatório da Comissão. Porque em última instância faltam muitas observações que o México fez e que não desejaria modificar neste momento do Comitê porque teria que dizer o México disse isto, o México... E vou fazê-lo enquanto demos nosso voto.

PRESIDENTE. Somente para um esclarecimento atendendo a preocupação do México. Pergunto se esse relatório foi considerado pela Comissão de Orçamento.

Representação do EQUADOR (Roberto Proaño). Não, a Comissão tomou conhecimento hoje.

PRESIDENTE. Esse é o problema.

Creio que não vamos entrar em discussões que seriam intermináveis. Como o relatório não foi discutido no âmbito da Comissão de Orçamento, as delegações que tiverem qualquer objeção além do

relatório devem apresentá-las ao Presidente da Comissão. Não aqui no Comitê. Talvez a Argentina, em lugar de apresentar aqui no Comitê, pudesse apresentar diretamente ao Presidente e às outras delegações que desejem fazer também, as apresentariam diretamente ao Presidente.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Perfeito. Não temos nenhum inconveniente. Mas somente desejo destacar que neste caso se tratava de uma manifestação da Argentina com o apoio do Brasil. Portanto, se nós modificamos a redação de uma manifestação nossa ninguém pode opor-se. Não sei se haverá outro tipo de manifestações compartilhadas que necessitassem algum tipo de compatibilização. Em nosso caso não temos inconveniente. Já lemos nossa modificação. Com todo prazer a enviamos ao Presidente, não temos nenhum outro problema.

PRESIDENTE. Somente para uma questão de equidade.

Se há alguma outra Representação que tenha reparos para fazer sobre este relatório, talvez pudesse manifestar a intenção de fazê-lo somente para que se saiba e nós encerrariamos isso aqui para que não fique aberto o relatório.

Os que tenham intenção de fazer modificações, por favor, manifestem-se, sem entrar em detalhe, e depois entrariam em contato diretamente com a Presidência da Comissão.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Não entendo. Os países vão começar a fazer ressalvas agora a este relatório?

PRESIDENTE. Este é um relatório da Comissão de Orçamento. É um relatório que não foi examinado pela Comissão de Orçamento. Por isso algumas Representações estão fazendo reparos. Por questão de tempo, não é o Comitê quem vai modificar a Comissão; são os países representados na Comissão de Orçamento que vão diretamente ao Presidente para modificar um relatório da Comissão, porque este relatório não foi examinado, não foi votado, não houve tempo. Por isso é que não queria entrar aqui em discussão. A Argentina já fez essa indicação. Se existe alguma outra Representação é somente indicar que vai conversar com o Presidente da Comissão de Orçamento. Não vamos entrar a revisar este relatório agora; não é nossa intenção, mas creio que cabe porque não foi examinado o relatório.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Somente para manifestar que o relatório feito pela Secretaria e pelo Presidente da Comissão registra, efetivamente, uma proposta feita pela Representação da Argentina, apoiada pelo Brasil. Consideramos que o registro concorda com o que foi tratado, mas se posteriormente são incluídos elementos que foram apresentados ou não no transcurso da reunião, nós teríamos que analisar essa proposta e fazer alguma observação sobre isso. Então, já alteraria o que é o relatório da Comissão. Creio que se o relatório da Comissão não registra com fidelidade o tratado, haverá oportunidade para manifestá-lo mas não para modificá-lo.

PRESIDENTE. Entendo que essa observação feita pela Argentina - e a Representação da Argentina poderá corrigir-me - foi dita na Comissão. Não corresponde fazer observações que não foram feitas na

Comissão. Evidentemente, o relatório reflete, e deverá refletir o que foi discutido na Comissão. Se for o caso, a Argentina poderá fazer essa emenda, mas se não houver manifestação nesse sentido, não pode fazer a modificação.

Estou perguntando à Argentina -não estava presente- se poderia confirmar se essa referência foi feita na Comissão.

Representação da ARGENTINA (Eduardo Michel). Sim, efetivamente, Senhor Presidente.

Nós fizemos esta declaração na Comissão de Orçamento e inclusive chegamos a distribuir um papel onde constavam a posição argentina e os elementos que estamos propondo que sejam incluídos na proposta. Estavam efetivamente distribuídos.

PRESIDENTE. Então, creio que não cabe a observação do Senhor Representante do Chile; e fica entendido que qualquer modificação que se faça no relatório deve refletir o que foi discutido durante a reunião da Comissão de Orçamento.

Representação da VENEZUELA (Gerardo Arellano). Senhor Presidente, se não me equivoco, entendimos a observação do Chile em outro sentido que não foi o que deu a Presidência.

Nós entendíamos que o Chile estava dizendo que considerava conveniente essa modificação da Argentina porque eles a tinham apresentado na Sala -isso não se está discutindo-, mas entendíamos que eles estavam preocupados no sentido de que agora cada Representação começasse a enviar textos e textos que não sejam estudados na Comissão. Entendo que a preocupação era que esse documento não ficasse equilibrado.

Não cremos que devemos perder mais tempo nisto. Compartilhamos sua metodologia; deveria ser esse o caminho. O que sim compartilhamos com o Chile é que pode ficar um texto não equilibrado se "xis" manda e "y" não manda; "y" e "xis" deveriam mandar. Mas tampouco era, entendíamos, o ânimo do relatório; tampouco o relatório tinha de recolher tudo o que disse cada membro do grupo. Este texto o recolhe porque foi por escrito, etc. Houve muitas deliberações que se resumem, creio, bastante acertadamente.

Considero que se o espírito -esta Comissão deve ter anos de existência ou algo pelo estilo- foi anteriormente recolher resumos bem concretos, como os que temos aqui, exceto declarações escritas, etc., penso que o texto é equilibrado e não seria conveniente ir a um detalhe pormenorizado do que disse cada um dos presentes. Esse é o temor, frente a um desequilíbrio muito grande no texto. Mas compartilhamos de sua metodologia de que o Comitê não deveria estar neste momento entrando nesta discussão.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Senhor Presidente, talvez tivéssemos intervindo no início da discussão do tema.

O Comitê não aprova nem rechaça o relatório de uma Comissão; somente toma conhecimento dele. O fundamento do relatório é a resolução ou projeto que entra no Comitê. Este relatório pode ser modificado por todos os países em uma próxima reunião da própria

Comissão de Orçamento ou inclusive agora e apresentar novamente à Secretaria para uma entrada posterior, mas o Comitê não pode modificar que creio que dedicamos tempo suficiente a algo que talvez não merecia tanto a pena.

Entendo, Senhor Presidente, que aprovamos o orçamento ou o ajuste ao orçamento bianual e agora teríamos que entrar no outro projeto.

PRESIDENTE. Creio que é pertinente a observação do Senhor Representante do Paraguai. E sugiro que o Comitê não continue examinando o relatório e passe a examinar o projeto de resolução proposto pela Secretaria-Geral.

Está em consideração, então, o projeto de resolução.

Representação da VENEZUELA (Gerardo Arellano). Senhor Presidente, como se recolhe no relatório da Comissão de Orçamento, a Representação da Venezuela queria, no âmbito do Comitê de Representantes, salientar que o tema que traz à mesa este projeto de resolução traz consigo uma série de elementos de fundo que, como bem diz esse relatório da Comissão de Orçamento, deveria ser tratado com maior atenção, deveria ser analisado mais exhaustivamente e deveriam encontrar-se alternativas de solução das que até o presente foram já esboçadas particularmente pela Secretaria, que sugeriu algumas fórmulas de solução para o problema legítimo que eles trouxeram à mesa sobre a situação dos salários dos funcionários.

A Representação da Venezuela pensa também que com este tipo de alternativas parciais não está sendo analisado e discutido o problema, não estão sendo encontradas soluções de caráter estrutural à matéria que em essência está por trás do problema e na qual estamos colocando pequenos "panos quentes" ou soluções superficiais a um problema que é muito mais complexo.

Como foi salientado quando começamos a falar deste ponto da agenda do Comitê, o ponto da análise orçamentária, estamos buscando uma solução parcial com um Fundo cujos recursos não estão tangivelmente claros; e entendemos que para estar tangivelmente claros devemos, os países-membros, pôr-nos totalmente em dia no cumprimento de nossos compromissos financeiros, porque é através desse cumprimento que a Secretaria, realmente, disporia de recursos. Pareceria que poderíamos estar, através de soluções parciais, incrementando o endividamento da Secretaria.

A Representação da Venezuela deseja destacar que está consciente da problemática, que como recolhe o relatório da Comissão, o tema deve ser analisado a fundo e sobre esta matéria, em particular, Senhor Presidente, a Representação da Venezuela está aberta a apoiar a maioria que for obtida e o texto final que a maioria decidir sobre esta matéria não sem deixar de mencionar, como já foi manifestado, que estamos adotando soluções parciais e que o fundo de capital será realmente efetivo e viável se os países cumprimos com nossos compromissos financeiros.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Não, somente uma observação que não está recolhida no relatório; não obstante compartilhemos em grande medida de seu conteúdo, há, lamentavelmente, um aspecto que foi proposto por nossa Representação, que se relaciona tanto com a possibilidade de outorgar um aumento salarial futuro ou os estudos que levem a um aumento salarial, como o fornecimento por uma só vez que aparentemente não haveria, em opinião de todas as Representações, um financiamento contábil ou real em caixa. Nesse sentido, nós manifestamos que quando foi apresentado este tema por duas Representações de revisar as contribuições dos países, que juntamente com esse elemento era importante e prioritária a materialização das contribuições pendentes, tema que não foi registrado no relatório e que nós enviaremos por escrito à Comissão. Então, antes de entrar na consideração do tema queríamos pontualizar esse aspecto.

Representação da VENEZUELA (Gerardo Arellano). Senhor Presidente, somente para adiantar, tal como o senhor manifestou, que a Venezuela, quando o Chile apresente esse texto, acompanhará essa declaração.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). O Brasil também acompanha esta declaração do Chile. Somente julga que isto vai somente diminuir um problema financeiro da Associação. Não é tampouco a solução de fundo que buscamos. Porque mesmo quando os países se ponham em dia, isso não vai significar um aumento do orçamento da ALADI. Nós vamos continuar tendo os quatro milhões anuais que já são insuficientes para cumprir as atividades que nós queremos que a Associação desempenhe e para remunerar dignamente os funcionários da mesma.

PRESIDENTE. Se não há outras observações submete-se a...

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). Perdão, queria saber quanto insume -não sei se foi dito- esta remuneração, esta bonificação que está sendo proposta aqui.

PRESIDENTE. Creio que foi dito que representa aproximadamente cento e dezoito mil dólares.

Representação da ARGENTINA (María Esther Bondanza). E queria perguntar se na Comissão de Orçamento foi tratada, digo, como alternativa porque evidentemente todos compreendemos, já está dito, a defasagem dos salários dos funcionários por um lado, que é lamentável. E por outro lado temos uma situação financeira realmente lamentável na Associação, que também é outra parte do problema. Pergunto se foi baralhada com alguma possibilidade de êxito alguma solução intermediária que implicasse um gasto menor como para atender em parte essa reivindicação com menos gastos a cargo da Associação e que êxito teve.

Representação do EQUADOR (Roberto Proaño). O Brasil apresentou uma proposta alternativa mas hoje a retirou. Ou seja, propostas em concreto, em branco e preto, mas não contou com o apoio, unicamente da Argentina e do Brasil. Essa proposta foi retirada hoje pelo Brasil.

PRESIDENTE. Vou submeter, então, o projeto de resolução se não houver outras observações.

Os que estiverem pela afirmativa, por favor, manifestar-se.

Vota-se: nove votos.

Pela negativa? Um voto.

Abstenção? Um voto.

A resolução foi aprovada por nove votos afirmativos, um voto negativo e uma abstenção.

Por conseguinte, o Comitê de Representantes APROVA a seguinte Resolução 135.

"RESOLUÇÃO 135

TENDO EM VISTA Os artigos 35 e 38 do Tratado de Montevideu 1980.

CONSIDERANDO O relatório apresentado pela Secretaria-Geral sobre a crescente deterioração da situação salarial de seus funcionários.

LEVANDO EM CONTA Que o décimo terceiro salário previsto pela Resolução 99 do Comitê de Representantes não é recebido pelos funcionários da Secretaria-Geral, compreendidos na Categoria Internacional,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Autorizar a Secretaria-Geral para que, por única vez e sem que constitua precedente, outorgue uma retribuição extraordinária de um salário básico aos funcionários da Categoria Internacional e de meio salário básico aos funcionários das Categorias Técnica e de Serviços Gerais.

SEGUNDO.- A retribuição extraordinária mencionada no ponto anterior se tornará efetiva no presente exercício e será atendida com cargo ao item Fundo de Capital de Trabalho."

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo). Senhor Presidente, solicito me permita comentar e fundamentar nosso voto afirmativo.

Votamos afirmativamente por não poder atender o pedido da Secretaria para que seja revisado o quadro de salários.

Pensamos que este pedido requer tempo e reflexão e não era possível no curto tempo de que dispusemos.

Portanto, desde agora solicitamos à Secretaria que para o próximo orçamento seja apresentado oportunamente.



Lamentavelmente se tornou uma espécie de costume que o orçamento da Secretaria ou o projeto de orçamento seja apresentado muito perto do final do exercício.

Necessitamos mais tempo para fazer uma análise de fundo concreto e com resultados suficientemente analisados e justificados.

Aprovamos, portanto, estas bonificações à Categoria Internacional e à Categoria Geral não desejaria dizer que entendemos isto justo porque isto é um pouco metafísico. Queremos dizer, fundamentalmente que nos parece conveniente dar um estímulo tanto à Categoria Internacional quanto à Categoria Geral.

Ao fazê-lo, Senhor Presidente, contamos também com a confiança de que as Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, os países, ficarão em dia com suas quotas para que exista oportuna contribuição para seus compromissos financeiros.

Por outro lado, desejaríamos manifestar à Secretaria a muito destacada e positiva vontade do México para apoiar estas bonificações no entendido de que a Secretaria a curto prazo, principalmente em algumas áreas, contará com a eficiência que é necessária e desejo referir-me especialmente à área de informação.

Acredito que todos nossos países requererão, na medida em que avança o processo e que se fazem mais negociações, de uma informação muito precisa, muito completa, muito apurada, tanto em matéria tarifária, dispersão tarifária de nossos países, médias tarifárias simples e ponderadas, talvez até por capítulos das respectivas tarifas, a harmonização em função da nova nomenclatura, etc. Creio que vamos necessitar mais informação oportuna e suficiente.

Por outro lado, Senhor Presidente, nestes dias em que se reuniu a Comissão de Orçamento, tivemos oportunidade de perceber que a reestruturação encomendada pelos países aos três anos anteriores não foi uma reestruturação eficiente e completa.

Vimos que há certas contaminações. Por exemplo, há funcionários administrativos com nomeações de técnicos, e possivelmente se dê também o caso contrário, técnicos que embora tenham a nomeação não exercem, não praticam um trabalho técnico, senão um pouco de tipo administrativo. Nisto nos parece que há uma espécie de contaminação na estrutura da Secretaria.

Portanto, exortamos também a Secretaria a que essas deficiências de reestruturação sejam resolvidas no prazo mais breve possível. Então, confiados nisto, demos nosso voto afirmativo, Senhor Presidente.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Senhor Presidente, nós também queremos fazer algumas reflexões em torno desta resolução que acabamos de aprovar.

Em primeiro lugar, diria que estaria sobrando uma palavra, que pediria fosse corrigida: que não diga "por uma única vez" senão "por única vez", para não repetir "uma" e para que não seja redundante "a única vez".

E, em segundo lugar, acompanhamos também em sua maioria a intervenção do Representante do México porque embora não entendamos que isto é um ato de justiça, pelo menos ajuda em parte o que em algum momento deveria refletir a retribuição salarial aqui na entidade.

Mas, o que nos preocupa é o fato de que sim poderia criar um precedente, não no sentido da forma distributiva para anos posteriores, senão a surpresa que nos invade quando meses atrás não podiam realizar-se trabalhos para os países de menor desenvolvimento econômico relativo por carecer a Instituição de recursos e isto fez com que talvez muitos dos projetos em estudo para estes dias tivessem de passar para o próximo exercício. Hoje, porém, estão sendo utilizados recursos que talvez poderiam também ter-se aproveitado nessa oportunidade, já que se contava contabilmente, segundo a Secretaria, com os fundos para atitudes que encaminhamos hoje em favor dos funcionários desta Instituição.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Senhor Presidente, nossa Representação não deseja dar uma explicação técnica de seu voto afirmativo. Desejaria fazer somente três precisões, um pouco na linha do que manifestavam os Senhores Representantes do México e do Paraguai.

Em primeiro lugar, penso que o Comitê de Representantes estava e está em dívida com este tema há tempo.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, pensamos sinceramente que esta medida excepcional fará possível que definitivamente nos dediquemos a superá-lo. É um valor entendido há bastante tempo que as remunerações no âmbito da Associação estão defasadas, do ponto de vista econômico. De maneira que por seu caráter extraordinário, nossa Representação opina que o ano próximo nos empenharemos em tratar de resolver com seriedade esse ponto.

E, em terceiro lugar, Senhor Presidente, desejamos sinceramente que esta medida, esta disposição excepcional, estimule a Secretaria para que se aperfeiçoe institucionalmente e melhore sua contribuição a nossos trabalhos.

PRESIDENTE. Vou falar como Representante do Brasil para justificar o voto negativo da Representação brasileira.

A Representação do Brasil, desde o começo, teve uma visão muito objetiva deste problema. Nós estamos muito preocupados pelo baixo nível salarial da Associação.

Nós cremos, a Representação do Brasil crê, que esse baixo nível salarial é responsável, em grande parte, pelas dificuldades que o Representante do México mencionou. Uma parte da ineficiência, das dificuldades da Secretaria provém desse baixo salário. Primeiro ponto.

Segundo ponto. O baixo salário de funcionários que dirigem departamentos é responsável pela dificuldade de recrutamento que a Associação enfrenta. Nós temos isto muito claro. Nós reconhecemos que este é um problema que chega de perto à imagem da Associação, à

eficiência, à eficácia da Secretaria. Isto é verdade e não poderá dizer-se que a Representação do Brasil ignora isto. A Representação do Brasil foi uma das primeiras que chamou a atenção para este fato. Já falamos em conjunto com a Secretaria várias vezes para que a Secretaria tomasse a iniciativa de uma revisão das quotas, para que este e outros problemas pudessem ser atendidos. Esse é um problema e nós o temos muito claro.

Outro problema é a maneira como o assunto foi tratado pela Comissão de Orçamento e agora pelo Comitê de Representantes. A Representação do Brasil não pode aceitar, e por isso votou em contra, que um tema dessa gravidade seja tratado da maneira como foi tratado. Nas reuniões de Orçamento havia quatro Representações que estavam a favor; três Representações não estavam presentes. Então se formou uma maioria de quatro países nas reuniões da Comissão de Orçamento. Hoje se formou uma maioria que foi suficiente para aprovar o projeto de resolução. A forma como foi tratado o assunto, nós cremos que não é a apropriada.

Nós estamos de acordo com o Representante do México quando ele fala sobre os limites dos prazos dos documentos por parte da Secretaria. Isso é um problema que coloca todas as Representações na questão do orçamento; e a idéia do aumento real de um bonificação salarial foi apresentada na última hora, na última sessão; que nos deixa pouca margem para uma negociação por parte dos países.

Nós também estamos preocupados com o que fez notar o Representante do Paraguai, não somente na questão do precedente que essa prática representa, inclusive para a repetição desse fato no próximo ano, como também outro argumento que ele usou: que há pouco não havia recursos e agora, na última semana, apareceram recursos para essa bonificação. Então, isso reforça nosso argumento de que a maneira sobre o enfoque do assunto não foi a mais apropriada.

Outro ponto que levou a Representação do Brasil a votar de forma negativa, o argumento que foi usado aqui, de que seria retirado do Fundo de Capital de Trabalho, não corresponde à realidade. Esse fundo não existe; não sairá do fundo porque o fundo não existe. Vamos utilizar recursos de um fundo que não está integrado. Não é uma prática financeira de nenhuma organização. O que vai acontecer, como conclusão disto, é a elevação do limite de endividamento. Todos nós, daqui a três meses, vamos ter que votar o limite de endividamento da Associação; uma prática que o Comitê já com dificuldade havia autorizado à Secretaria porque, na prática, segundo estou informado, vão ser tirados recursos de uma reserva de que dispõe a Secretaria para pagar aos funcionários até março. Com essa retirada de cento e dezoito mil dólares, esse período vai encurtar-se até fevereiro. Quando nós nos reunamos em março a Secretaria vai apresentar um pedido para aumentar o nível de endividamento. Essa é a realidade. Isso não constitui uma resolução definitiva para o problema salarial dos funcionários da Associação; é uma solução paliativa, que não resolve e que nós vamos ter que enfrentar em março, quando recommencemos os trabalhos, com um novo pedido da Secretaria para aumentar o endividamento. Nós sabemos que todos nossos países no período de fim de ano, janeiro, normalmente a maioria dos países estão com um processo legislativo de aprovação do orçamento de cada um de nossos países e as quantidades saem de

março ou abril, pelo qual nós vamos ter que aumentar o limite de endividamento com esta prática.

Por todas estas razões, a Representação do Brasil, embora reconhecendo a injustiça para os funcionários da Associação, para os funcionários da direção da Associação, não pode concordar com essa medida e recordará a todos os outros nove países que votaram a favor quando no próximo ano, possivelmente, novamente a Secretaria apresentará uma nova proposta para fazer uma nova bonificação salarial, recordaremos esta sessão em que este precedente foi aberto.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Senhor Presidente, sim, muito brevemente, também queremos fazer constar as razões de nossa votação.

Abstivemo-nos porque consideramos que esta medida pode afetar em breve a situação financeira da Associação.

Mas, queremos fazer constar que a Representação argentina reconhece que as remunerações do pessoal estão atrasadas e que é necessário, em breve prazo, considerar sua atualização.

Mas, ao mesmo tempo, considera que simultaneamente com as considerações sobre esse tema e devido a suas reconhecidas implicações orçamentárias, deverão ser revisadas as contribuições a fim de adequá-las à atual situação dos países-membros.

SUBSECRETÁRIO (Antonio José de Cerqueira Antunes). Senhor Presidente, não poderia deixar de manifestar o agradecimento ao Comitê pela aprovação da proposta e também fazer algumas qualificações.

Na realidade nós temos consciência de que essa medida que foi tomada é uma medida que reduz, e pouco, o problema. O problema é muito sério e tem a ver com a importância que se dá à integração.

Não somente há um problema de perda de poder de compra, que é muito sério; desde 84 houve uma perda de 58,5 por cento. Mas há também um problema azaroso de enfrentar mais trabalhos com o mesmo pessoal e sem possibilidade de contratar pessoal porque o nível que temos para oferecer salários é incompatível com vários dos países que não puderam preencher suas quotas de pessoal, de acordo com os critérios da Associação, e também é incompatível com o mercado, já que as instituições internacionais têm para o mesmo tipo de perfil profissional salários superiores de 40 a 70 por cento com relação ao que oferecemos aqui na Associação.

Acabamos de declarar deserto um concurso para diretor do setor financeiro e monetário, precisamente porque os candidatos não preencheram as condições e porque os que as preencheriam, que foram buscados pessoalmente por mim e pelo Secretário-Geral, não estiveram dispostos a vir precisamente pelo salário inconveniente.

Então, estamos diante de uma situação de crise de um processo real, de um lado um grupo de pessoas que vem trabalhando e que está com o número já tomado, já não é possível empregar, mormente porque

os salários que se oferecem não são suficientes para atrair novas pessoas e, por outro, se dá mais trabalho à Secretaria, mais responsabilidades para a Associação e estamos conscientes de que com o mesmo pessoal, que está perdendo capacidade de compra, portanto é de imaginar que a satisfação não é das melhores, enfrentando mais trabalho, muitas vezes trabalhando horas extraordinárias sem remuneração.

Esse é um problema sério, que nós sabemos que esta não é a solução mais adequada, é apenas um paliativo, mas cremos, temos confiança, que no futuro, se realmente os países dão importância à integração, que este problema será resolvido. Porque esse é um problema que dá importância à integração. Se se dá importância à integração, ao papel da ALADI, então há que não somente dar remuneração como também contratar mais pessoal. Porque muitos dos atrasos que temos, muitos dos atrasos que temos no cumprimento dos trabalhos é precisamente porque temos pouco pessoal. E falta, inclusive, algum tipo de habilidade que não temos na Secretaria. Há uma série de profissionais, de tipo de profissionais, que vamos ter necessidade de contratar na Secretaria e não os temos e que resultam diretamente de coisas antigas e também de coisas novas, de mandatos novos que saíram da Quinta Reunião do Conselho de Ministros e agora da reunião dos Presidentes do Grupo do Rio, realizada em Caracas. Então, é realmente um problema que está dentro de um processo real, que é muito sensível, afeta problemas de pessoas que estão perdendo seu poder de compra em moeda uruguaia desde 84 e, além disso, é um problema sério da Secretaria-Geral.

Nós na Secretaria nos sensibilizamos por dois aspectos: por um aspecto humano de relação de trabalho e por um aspecto de responsabilidade para responder os mandatos que nos atribuem.

Nós vimos nos últimos dias o grande sacrifício que foi feito para cumprir os encargos. Temos consciência de que em muitos casos nos atrasamos, mas sabemos precisamente que os atrasos se devem à relação entre o volume do trabalho que se encarrega e a quantidade de pessoal que temos disponível e a tendência é a aumentar.

Ou se dá importância à integração e a uma Secretaria perfeitamente remunerada para cumprir os trabalhos ou então talvez seja melhor pensar em outro destino para a Associação e para a Secretaria e fazer um sinceramento dos fatos, diminuir suas atividades, ficar com uma equipe mais reduzida, propiciar os salários para as funções reduzidas que ficariam e mudar a coisa.

Claro que o que estou propondo é um coisa difícil, muito fácil dizê-lo, é um processo real.

Eu, a Secretaria creê que nos próximos anos, creê sinceramente, tem a esperança firme de que isso, que inclusive foi decidido quase em um ambiente de crise, não é certo, como as crises, como se diz no Brasil "as topadas são as que levam os pobres para frente", então creio que esta crise provavelmente vai servir para alertar os Governos para ter uma solução definitiva.

O que não podemos é estar sem poder contratar pessoal porque não temos nível salarial, vendo diminuir o poder salarial da gente, dentro de pouco vamos começar a perder gente; vamos começar a perder gente porque nosso salário não é compatível com o mercado, embora exista a situação de depressão que em todos nossos países se está vivendo, mas a relação vai ir aumentando, tanto a diferença entre o que pagamos e o paga o mercado, mesmo em regime de depressão. Considero que dentro de pouco vamos começar a perder gente e vamos perder os melhores.

Então, é um problema azaroso e agradecemos ao Comitê; acatamos as sugestões e temos a firme esperança de que no próximo ano este problema tenha um melhor desenvolvimento.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, brevemente, para fazer uma ressalva. Indubitavelmente, justiça ou não, uma remuneração extraordinária é bem-vinda para todos, mas isso não implica uma tácita solução, diríamos, de eficiência e rendimento. Isso é uma coisa muito relativa.

Mas o que sim desejaria salientar é o fato de que falamos de que não vem pessoal capaz, de maiores conhecimentos, e pareceria que na ALADI não teríamos os talentos de primeira linha com os que contamos e contam outras instituições.

Deseja salientar também que é muito possível e certo que maiores ou novos elementos não queiram pertencer a nossa Associação pelo fato da baixa remuneração, mas creio que deve ficar como evidência que os talentos que existem na ALADI, tanto em Diretores, funcionários internacionais, etc., são de primeira, e creio que devemos estar conformes com eles. É, naturalmente, creio que devemos destacar a todo momento a dedicação e entrega ao trabalho da Associação.

Se nós podemos colaborar com algo nas economias pessoais, creio que os rendimentos ou os frutos vão ser sempre positivos. Mas, fundamentalmente desejo salientar que a capacidade dos técnicos, do pessoal da ALADI, pelo menos no que a mim respeita, é de primeira e é um aspecto que sempre devemos destacar. E confiamos em que aumentando os salários a futuro possam aceder, através dos mecanismos e procedimentos de eleição, talentos tão bons, técnicos tão eficientes como os que temos.

Ao fazer a contribuição, com seu voto, minha Representação, para conceder esta bonificação extraordinária, desejo fazer-me eco do manifestado pelo Senhor Embaixador do Paraguai, e também trago à baila algum comentário extra, antes desta reunião: não desejariamos, de nenhuma forma, que em seu momento não tivéssemos dinheiro para o sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo e sim para outras coisas. De onde vai sair este dinheiro? Vai sair da UPE. Creio que essa não vai ser a intenção. E confiamos em que vai ser positiva sempre a disposição, tanto deste Comitê como dos países e dos técnicos e da Secretaria-Geral, de apoiar eficientemente os países de menor desenvolvimento econômico relativo.

PRESIDENTE. Não havendo outras observações, fica concluída a discussão deste ponto.

Os Representantes receberam a revisão da proposta de redação para essa Declaração. Creio que ela incorpora todos os pontos aqui mencionados e se não houver observação maior de importância pediria a compreensão de todos para que pequenos ajustes fossem deixados, pequenos ajustes de forma sejam deixados de lado e que aprovássemos a Declaração como está.

Muito obrigado.

Fica encerrada a sessão e lhes desejo bom Natal e um feliz Ano Novo.

Representação do MÉXICO (Vicente Muñir Arroyo). Perdão, Senhor Presidente.

Se diz: "Conscientes de que a ausência de resultados...". Creio que devem ser "resultados satisfatórios" ou "positivos", porque "resultados" é qualquer coisa.

PRESIDENTE. Bem.

6. Outros assuntos.

- Não se apresentam.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

- Encerra-se a sessão.

-----